MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E A PANDEMIA DE COVID-19: uma análise dos riscos e desafios sobre a renda e o cotidiano

Maria Elisa Gonçalves Muniz[1]

Anabelle Carrilho[2]

RESUMO

Pesquisa aprovada e apoiada pelo Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (CNPq/PROIC/UnB) 2020/2021. Buscou analisar os riscos sobre a renda e os desafios no cotidiano de mulheres chefes de família do Distrito Federal, no período de isolamento social devido à pandemia de COVID-19 em 2020. A partir do cruzamento das relações de classe, gênero e raça. Foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas com mulheres chefes de família, na modalidade remota. Aplicadas em dois grupos, 3 mulheres em postos de trabalho formais e de estabilidade (servidoras públicas da Secretaria de Educação do DF) e 3 mulheres trabalhadoras informais (diaristas, faxineiras). Os resultados reforçam que as mulheres, sobretudo negras e periféricas, estão entre os grupos mais vulneráveis às consequências das crises econômicas e sociais, e neste caso, sanitária. E lançam o desafio para os estudos feministas, de avançar no debate de revisão do histórico conceito de dupla jornada.

Palavras-chave: Mulheres chefes de família; Pandemia de COVID-19; Trabalhos de Cuidados.

ABSTRACT

Research approved by the Edital of the Institutional Program of Scholarships for Scientific Initiation - PIBIC (CNPq/PROIC/UnB) 2020/2021. It sought to analyze the risks on income and challenges in the daily lives of women heads of households in the Federal District during social isolation due to the 2020 COVID-19 pandemic.Through the intersection of class, gender and race relations. Six remote semi-structured interviews were conducted with women heads of households. Applied in two groups, 3 women in formal jobs (public servers of the Education Secretariat of the DF) and 3 women informal workers (day workers, cleaners). The results reinforce that women, especially black and peripheral women, are among the most vulnerable groups to the consequences of economic and social crises, and in this case, health. And they launch the challenge for feminist studies to advance the debate on the revision of the historical concept of double workday.

Keywords: Woman Head of Household. Pandemic COVID-19. Care Work.

[1] Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília; elisa.goncalves@aluno.unb.br.

[2] Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/UnB; Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS/SER/UnB; anabelle.carrilho@unb.br.

1 INTRODUÇÃO

As relações sociais de gênero, no sistema capitalista são estruturalmente contraditórias, desiguais e hierarquizadas (NOGUEIRA, 2010, P.59) e imbricadas aos componentes de raça e classe, ou seja, são as mulheres, sobretudo negras e periféricas, que estão entre os grupos mais vulneráveis às consequências das diversas intempéries e crises econômicas, políticas e sociais.

No contexto de emergência em saúde pública desvelado pela pandemia de Covid-19, não é diferente. Segundo análise feita por Maria Fernanda Marcelino, que integra a Sempreviva Organização Feminista (SOF), para o Brasil de Fato em 6 de abril de 2020, são as mulheres que estão mais sujeitas às consequências da redução da atividade econômica durante a pandemia, por exemplo, uma vez que representam grande parcela dos trabalhadores informais, e geralmente estão inseridas em trabalhos precários, além de serem as chefes de família (OLIVEIRA, 2020).

Fica evidente, através das pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas durante esse período, que a pandemia de Covid-19 mudou profundamente as dinâmicas de vida, trabalho e cuidado em toda a sociedade. Porém, evidenciou e escancarou ainda mais a desigualdade de gênero, e as mulheres têm sido as mais impactadas. Os impactos sobre as mulheres se manifestam em diversas dimensões, na esfera produtiva, através da exploração capitalista (NOGUEIRA, 2010), ou na esfera reprodutiva, através da opressão que reproduz a total responsabilidade das mulheres com o cuidar (ARRAZOLA, 2010).

Pesquisa realizada por ‘Gênero e Número’ e ‘SOF SempreViva Organização Feminista’, identificou que durante o período de distanciamento social, devido a pandemia de Covid-19 “Entre tantas dimensões de desigualdades evidenciadas neste período, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado foi uma das questões que as mulheres sentiram logo que as medidas de isolamento social foram iniciadas nos municípios brasileiros” (2020, p.5).

A mesma pesquisa, constatou que 41% das mulheres que continuaram trabalhando durante a pandemia afirmaram ter mais trabalho durante este período, são elas mulheres brancas, urbanas, com formação de nível superior. Em

contrapartida, 40% das mulheres afirmaram que com a pandemia e o isolamento social, a sustentação de suas casas ficou em risco. A maior parcela delas é de mulheres negras (55%). Outro dado extremamente relevante é que 58% das mulheres desempregadas durante este período são negras (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020).

A exploração e a opressão de gênero no capitalismo e seu aprofundamento diante de crises é questão estruturante da desigualdade nesse sistema, e estabelece uma relação direta com a questão social, fenômeno típico das sociedades capitalistas e categoria de análise central para o Serviço Social, que ao longo dos anos e das transformações sociais adquire formatos diferentes e ainda mais cruéis.

Diante do contexto acima, a pesquisa teve como questionamento central "quais são os possíveis impactos, em 2020, da emergência em saúde pública a partir da pandemia de Covid-19 sobre o trabalho, a renda e o cotidiano das mulheres chefes de família no Distrito Federal?". Objetivou-se, portanto, analisar os riscos sobre a renda e os desafios no cotidiano de mulheres chefes de família do Distrito Federal, no período de isolamento social, causado pela pandemia de Covid-19, no ano de 2020, a partir do cruzamento das relações de classe, sexo e raça.

A pesquisa "*Mulheres chefes de família e a pandemia de Covid-19: Uma análise dos riscos e desafios sobre a renda e o cotidiano"*, foi desenvolvida alinhada ao projeto de pesquisa maior *"Mulheres, trabalhos e tecnologias: um "museu de grandes novidades",* aprovada e apoiada pelo Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (CNPq/PROIC/UnB) 2020/2021 e vinculada ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDis/ UnB. Está amparada numa perspectiva feminista e crítica, que quer dizer adotar uma concepção pautada na premissa da historicidade; no caráter político de transformação da realidade; no reconhecimento da contradição como categoria central para compreensão da realidade complexa. De forma a entender as relações sociais de gênero como hierarquizadas, desiguais, antagônicas, de exploração e opressão entre a construção dos papéis de gênero (HIRATA, 2002).

A estratégia metodológica adotada foi o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, utilizando como paradigma o materialismo histórico dialético, sob uma

perspectiva feminista crítica e considerando durante toda a elaboração o recorte do objeto de pesquisa: mulheres trabalhadoras chefes de família, em postos formais e informais.

Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas 6 entrevistas, semiestruturadas, através da técnica ‘bola de neve’, com mulheres trabalhadoras chefes de família, na modalidade remota, por ligações de vídeo do WhatsApp, registrada com um gravador de áudio. Aplicadas em dois grupos, 3 mulheres em postos de trabalho formais e de estabilidade (servidoras públicas da Secretaria de Educação do DF) e 3 mulheres trabalhadoras informais (diaristas, faxineiras) e em situação de vulnerabilidade, esse contraponto foi primordial para análise do conceito de bipolaridade do trabalho das mulheres na realidade concreta e demonstrou qualitativamente os diferentes impactos nos dois polos de mulheres, e aqueles que são comuns a todas entrevistadas.

Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista dividido em três blocos. O primeiro bloco traça o perfil das entrevistadas, com perguntas que versam raça, estado civil, dependentes, idade, entre outras, a fim de situar quem são estas mulheres sujeito da pesquisa. O segundo bloco é referente à renda e ao trabalho das entrevistadas e suas famílias, com o objetivo de identificar quais os principais riscos sobre a renda das mulheres chefes de família, no período de isolamento. Por fim, o terceiro bloco traz perguntas que versam o cotidiano destas mulheres durante a pandemia de Covid-19, com o intuito de revelar os principais desafios enfrentados por elas durante este período.

Esta pesquisa foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UnB (Parecer 4.418.994 de 24 de novembro de 2020) e adotou cuidados éticos cabíveis à pesquisa online, em atendimento aos princípios da resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016, a qual considera que a “ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural; buscando garantir o respeito pela dignidade humana” (CNS, 510/2016). Foram garantidos o sigilo e anonimato às entrevistadas, para tanto utilizou-se nomes fictícios quando necessário ao decorrer deste artigo.

2 VIDA E TRABALHO DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

2.1 Exploração e opressão das mulheres: uma histórica relação entre gênero, raça e classe social

Historicamente as mulheres sempre estiveram em posição de desigualdade na sociedade, perante os homens. As relações sociais patriarcais capitalistas legitimam e naturalizam essa subordinação das mulheres como forma de lucrar (NOGUEIRA, 2011). Uma vez que, tradicionalmente, foram as mulheres incumbidas pela reprodução da vida social, desresponsabilizando o estado, o trabalho exercido por elas é, por muitas vezes, considerado sem valor. Portanto, a história das mulheres no mundo do trabalho é permeada de contradições, que externam uma relação de opressão e exploração.

As mulheres, ao longo do tempo, acumularam diversas atividades sociais na estrutura familiar, geralmente invisibilizadas economicamente e não reconhecidas como trabalho. Também ocupam cada vez mais o lugar de chefe de família, ou seja, a responsável por prover o sustento do lar (MOURA; LOPES; SILVEIRA, 2016). A definição de chefia de família por mulheres, neste estudo, foi considerada a partir de Pacheco (2005, p.67) como “as que são constituídas pelas ausências dos cônjuges; aquelas em que a mulher é a responsável pela manutenção do lar, porém há a presença do marido e; aquelas em que se definem pela manutenção junto com a ausência masculina do cônjuge.”

Estas mulheres são as mantenedoras dos seus lares, são elas as responsáveis pela reprodução social de suas famílias e pelo seu sustento. Ou seja, o trabalho exercido por elas está intrinsecamente ligado à renda e sustentação dessas famílias. Durante a pandemia de Covid-19, com as necessárias medidas de isolamento social, as dinâmicas de vida e trabalho foram alteradas e impactaram direta e profundamente as mulheres chefes de família. Porém esses impactos se manifestam de formas distintas nos diferentes grupos de mulheres entrevistadas, evidenciando e reafirmando a consubstancialidade das desigualdades de classe e raça, já apontada

nas pesquisas estatísticas citadas anteriormente. A consubstancialidade é uma categoria epistemológica e política que permite a análise interdependente das categorias estruturantes da desigualdade: gênero, classe social e raça, e de como estas se conjugam em múltiplas formas de opressão e exploração nas sociedades capitalistas, com vistas à sua superação (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2010).

Entre o grupo de trabalhadoras formais, servidoras da secretaria de educação do Distrito Federal, a dinâmica do trabalho produtivo foi extremamente alterada. O trabalho assalariado exercido por essas mulheres passa a ser realizado dentro do ambiente doméstico, concomitante com o trabalho reprodutivo, que nunca deixou de ser desempenhado, mas que agora, pela impossibilidade de delegação, devido ao isolamento, é acentuado. Sendo assim, há uma sobreposição entre as esferas produtiva e reprodutiva, devido ao acúmulo de atividades das mulheres chefes de família, não existe para elas uma diferenciação do tempo e do espaço que faz fronteira entre os trabalhos produtivo e reprodutivo. Além de uma exaustiva adaptação aos novos meios e instrumentos de trabalho.

> Foi uma experiência pra mim terrível, no primeiro momento do isolamento foram vários choques, conviver com a família o tempo inteiro, não poder sair, e depois que começou o trabalho, eu não tinha domínio de nenhuma das tecnologias utilizadas, então foi muito cansativo, porque tinha que cuidar dos meus filhos, da rotina doméstica e trabalhar (...) aprender a utilizar todas as ferramentas foi muito difícil, um período muito sofrido, penoso fazer tudo online (BROMÉLIA - Professora GDF).

O relato aponta para os vários problemas enfrentados pelas professoras entrevistadas, que expõem essa dificuldade de adaptação com o trabalho e com as tecnologias, o que demanda mais tempo fora das jornadas, para aprender e se familiarizar com as novas ferramentas de trabalho. Isso também implica em uma dificuldade ainda maior de conciliação do uso do tempo entre os trabalhos produtivo e reprodutivo, houve essa necessidade de dedicar tempo e esforços para aprender a utilizar os novos instrumentos de trabalho. Achados em consonância com a pesquisa “Trabalho docente em tempos de pandemia” (GESTRADO, 2020), que mostrou que 90% das professoras da educação básica nunca tinham tido experiência anterior com aulas e ferramentas não presenciais, para as quais não tinham domínio (ARAÚJO e YANNOULAS, 2020).

Combinado com a invasão do trabalho na esfera doméstica, muito devido ao caráter do trabalho dessas mulheres, como professoras da educação básica e a necessidade de acompanhar a demanda de desenvolvimento dos seus alunos, há ao mesmo tempo uma invasão da esfera doméstica no trabalho, estando dentro de casa essas mulheres são mais demandadas. A não separação das esferas produtiva e reprodutiva gera além de uma sobrecarga, o rompimento das fronteiras de tempo e espaço entre estas esferas. Além da sobrecarga emocional e psicológica, para a qual a maioria das professoras e professores não tiveram nenhum apoio de suas instituições (ARAÚJO e YANNOULAS, 2020):

> Para mim foi uma sobrecarga enorme, eu preferia mil vezes ir lá e fazer meu trabalho, do que desta maneira (...) foi horrível, está sendo. Precisei ir ao psiquiatra porque não estava mais aguentando" (BROMÉLIA - Professora GDF).
>
> Foi um impacto enorme aqui em casa, eu moro em um apartamento pequeno, tanto eu estou trabalhando, como meus dois filhos estão tendo aulas remotas, então fica muito tumultuado e eu acabo ficando bem mais cansada (..) reuniões muito longas que se estendem até depois das 19:00, muita ligação e mensagens de pais de alunos com demandas, então eu acho que ficou bem mais sobrecarregado o trabalho nesse período" (MARGARIDA - Professora GDF).

A inserção das mulheres no mercado do trabalho, fez com que acumulassem tanto o trabalho fora de casa como o trabalho doméstico, gerando sobrecarrega com uma dupla jornada de trabalho, e agora o trabalho produtivo está dentro da casa. Se antes o problema era a exaustiva dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres, hoje se põe a total impossibilidade de mensurar as jornadas. Se não há separação de tempo e espaço entre casa e trabalho, o conceito de dupla jornada de trabalho perde seu sentido clássico nos estudos feministas, uma vez que pressupõe essa separação.

Um dos pilares centrais das práticas sociais de cuidado, na divisão sexual do trabalho, são as trabalhadoras domésticas, através de uma relação de delegação. Com a consolidação da inserção das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo brancas, de classes médias e altas, ocorre uma transferência do trabalho de cuidado para outras mulheres, que são, na grande maioria, negras e periféricas (HIRATA; KERGOAT, 2007; MARCONDES, 2013). Ou seja, o cuidado é marcado por essas relações de raça e de classe.

E é especialmente sobre as mulheres que não podem recorrer ao mercado para forjar meios de delegação do cuidado – e que, portanto, estão no beco sem saída dessas práticas sociais – que a sobrecarga recai com mais intensidade, o que determina a diferenciação de acesso e permanência no mercado de trabalho, tornando-as adaptadas às diversas formas de precarização (MARCONDES, 2013, p.60).

Diante da crise ocasionada pela pandemia de Covid-19 essa realidade se mostrou ainda mais escancarada entre o grupo de trabalhadoras domésticas na informalidade, são elas que estão na base da pirâmide social, pressionadas por um sistema que estruturalmente as explora e põe em risco a sustentação de suas famílias. Foram as mulheres chefes de família negras em trabalhos informais que mais estiveram expostas as profundas consequências do isolamento social. Ficar em casa e se proteger não foi uma opção para essas mulheres, uma vez que sua renda estava em risco e por conseguinte a reprodução de sua família.

> “eu só ia trabalhar porque precisava muito, eu via as coisas faltando dentro de casa, precisava pagar conta, meus filhos estão estudando, então precisa pagar internet, a gente vai porque é obrigada, necessidade mesmo” (ROSA - Trabalhadora doméstica/diarista).

A pesquisa Sem Parar levantou que “40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco (...) a maioria delas negra, 22%” (GÊNERO E NÚMERO; SOF, 2020). Todas as trabalhadoras informais entrevistadas relataram que tiveram momentos de perda total de suas rendas. A precariedade do trabalho e a falta de direitos trabalhistas que assegurassem a renda dessas mulheres foi fator determinante para que elas precisassem se expor ao vírus para continuar mantendo suas famílias.

> "Saía de casa rezando para deus me proteger, porque não tinha jeito, tinha que sair, mesmo passando álcool em gel e usando duas máscaras, é aquela coisa o ônibus lotado(...) é muito desesperador, porque a gente vai trabalhar morrendo de medo de pegar alguma coisa e trazer pra casa, para os meus filhos” (ROSA - Trabalhadora doméstica/diarista).

> “Com o isolamento acabei perdendo minhas diárias e ficando sem renda, uma amiga conseguiu um bico pra mim, eu precisava pegar ônibus, morria de medo, mas não tinha o que fazer (...) moro em uma comunidade afastada, aí precisei ficar em outro lugar com minha filha de 10 anos (...) quando peguei (Covid-19) foi ela que cuidou de mim” (CALIANDRA - Trabalhadora doméstica/diarista).

Essas mulheres revelam a angústia de precisar trabalhar sem condições mínimas de segurança, é uma realidade ainda mais cruel e invisibilizada. O que revela as desigualdades entre os diferentes grupos de mulheres, através de uma polarização. Há um polo de mulheres, geralmente, de classes média, alta, especialmente brancas, que se inserem em trabalhos protegidos, remunerados, de prestígio. E um outro pólo, de trabalho precarizado, sem proteção, com baixas remunerações e invisibilizado, composto tradicionalmente por mulheres negras e periféricas. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Tais pólos são “distintos e antagônicos, mas sistematicamente complementares” (NEVES, 2013, p.417). Essa polarização é demarcada por mecanismos de raça e classe que intensificam a vulnerabilidade e precariedade do trabalho das mulheres. É no polo precarizado que a apropriação do tempo das mulheres é ainda mais cruel, seja por uma impossibilidade de delegação, ou pela ausência de direitos trabalhistas e políticas públicas.

2.2 Invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados e crise pandêmica

A política de renda mínima adotada pelo Governo Federal em função da pandemia de Covid-19, se mostrou vital para mulheres chefes de família em trabalhos informais e em condição de vulnerabilidade, uma vez que atendeu às necessidades imediatas de manutenção da renda, entretanto, além da dificuldade de acesso relatado pelas chefes de família, é uma política que, apesar de atender necessidades práticas das mulheres, reafirma seu lugar estratégico como maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo e de cuidado (MOLYNEUX, 2003).

> "Eu que cuido das coisas aqui em casa, mas eu mesma não consegui acessar, não recebi nenhuma parcela, foi muito difícil porque perdi muitas diárias (...) mas graças a deus conseguimos acessar pela minha mãe e foi o que ajudou a comprar comida, remédio.” (CALIANDRA - Trabalhadora doméstica/diarista)

> “ajudou bastante porque eu consegui colocar alimentos em casa, o que antes eu não estava conseguindo, me batia um desespero porque eu não tinha dinheiro nem para o gás, olhava para meus filhos pedindo coisa para comer e não sabia o que fazer, mesmo quando ainda estava fazendo algumas diárias” (ROSA - Trabalhadora doméstica/diarista).

Haja vista o apontamento de aumento exponencial sobre a cesta básica de alimentos e a diminuição da renda total da classe trabalhadora, especialmente em famílias chefiadas por mulheres e em maior vulnerabilidade, a política de renda mínima (emergencial) foi imprescindível para a manutenção dessas famílias, porém não incorpora uma perspectiva de superação da desigualdade de gênero, reforçando uma lógica patriarcal que responsabiliza essas mulheres pelos cuidados e as mantém no exercício do trabalho reprodutivo, não rompendo com a divisão sexual do trabalho.

> A validação das questões de gênero, ou seja, a incorporação das demandas das mulheres nas políticas públicas, tem um caráter redistributivo. Essa validação passa por abandonar a prática de adotar o princípio da referência masculina para definir as ações públicas dirigidas ao conjunto da comunidade. Exige, portanto, uma adequação da ação governamental, no sentido de considerar o fato de que homens e mulheres apresentam, concretamente, condições e demandas diferentes quando acrescidas as condições de classe e raça em que estejam inseridos. (SANTOS, 2005, P.86)

Para se pensar as políticas públicas de forma a transformar a realidade desigual e perversa vivenciada por essas mulheres, é fundamental que se reconheça a relação de exclusão, desvalorização e opressão sofrida pelas mulheres na sociedade, sobretudo mulheres negras e periféricas que estão desprotegidas e na base desse sistema cruel e nefasto, o que torna urgente o aumento de verbas públicas direcionadas aos trabalhos de cuidado, uma vez que essas mulheres são as principais encarregadas.

O cuidado, segundo Marcondes (2013, p. 34), é uma “prática social essencial para a sustentabilidade da vida humana”. Fundamentado na divisão sexual do trabalho, esse trabalho estabelece vínculo emocional, uma vez que atende necessidades concretas das pessoas, sejam elas materiais e/ou imateriais. Essas interações envolvem dois polos, quem cuida e quem é cuidado, em uma “relação de interdependência” (MARCONDES, 2013, p.34). A figura desse sujeito que cuida são as mulheres, responsabilizadas pelo cuidado.

“Metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia” (SOF; GÊNERO E NÚMERO, 2020, p.11). A pandemia escancara e aprofunda as desigualdades que permeiam as relações de cuidado. Isso reafirma a centralidade do conceito para os estudos feministas, mas numa perspectiva de que a organização dos cuidados está estruturalmente relacionada e ancorada na exploração do trabalho

(assalariado ou gratuito) das mulheres, sobretudo negras e das classes subalternas. (SOF; GÊNERO E NÚMERO, 2020).

Todas as entrevistadas relatam o aumento e sobrecarga em relação ao cuidado, durante a pandemia elas precisaram cuidar. Uma responsabilidade histórica e estrutural, mas que se adensou e foi escancarada durante a pandemia de Covid-19 e que foi manifestada de forma distinta nos dois grupos de mulheres. Foram as mulheres chefes de família negras trabalhadoras na informalidade que demonstraram ser responsáveis pelo cuidado de outros familiares além de seus filhos.

> "Meu pai teve covid, mesmo não morando juntos, só eu pra cuidar dele (..) fazia compras de alimento e medicação, cozinhava todos os dias e deixava na casa dele, foi um momento bem difícil" (ROSA- Trabalhadora doméstica/diarista).

> "Aqui em casa é meu pai, minha mãe, minha irmã e minha filha pra eu cuidar(...) é muito cansativo, eu fico exausta, vai me dando uma tristeza, uma angústia, principalmente se falta o de comer" (CALIANDRA - Trabalhadora doméstica/diarista).

> "Meu maior medo foi pegar essa doença e não ter quem cuide da minha filha e da minha irmã, porque somos só nós três" (HORTÊNCIA - Trabalhadora doméstica/diarista).

A relação entre mulheres, cuidado e exaustão foi nitidamente percebida durante o desenvolvimento das entrevistas e posteriormente compreendida nas análises. O acúmulo de tarefas, a maior ou total responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidados, a invisibilidade e a omissão do Estado são fatores que geram além de uma sobrecarga, um processo de profunda solidão nessas mulheres. São dinâmicas estruturais que afetam a subjetividade dessas mulheres, que relatam sentir "cansaço, desmotivação, tristeza, exaustão, medo, infelicidade, estresse, ansiedade", o que reafirma as análises de Araújo e Yannoulas (2020), sobre professoras da educação básica, a partir de pesquisa que ouviu mais de 15 mil docentes no Brasil (GESTRADO, 2020).

A pandemia de Covid-19 escancara uma crise do mercado de trabalho em geral e dos trabalhos de cuidado em particular, porque essas mulheres estão exaustas e estão em especial no espaço doméstico, na saúde, na assistência, na educação e na informalidade. Apesar do conceito de jornada de trabalho (e sua redução histórica) representar uma conquista trabalhista importante, não se trata mais apenas de uma dupla jornada de trabalho para as mulheres, mas de uma jornada infinita, processo

que já era tendência diante dos avanços tecnológicos, mas que se acelerou severamente no contexto de crise sanitária global. O trabalho é incessante e incompatível com a realidade e com o cuidado, e as mulheres chefes de família estão na base da sustentabilidade humana em um contexto de total precariedade, de aumento da fome, sem renda.

Essa intensificação e sobrecarga das mulheres deve ser compreendida a partir da ausência de responsabilidade do Estado com a sustentabilidade da vida, da "não ação consciente do Estado brasileiro" (MARCONDES, 2012, P.182). É uma escolha política e vantajosa para esse sistema que as mulheres continuem sendo responsabilizadas. Porém, com a emergência em saúde pública causada pela pandemia de Covid-19 torna-se insustentável a perpetuação dessa lógica e manutenção dessas relações.

3 CONCLUSÃO

A exploração e a opressão de gênero no capitalismo e seu aprofundamento diante de crises, como a pandemia de Covid-19, são questões estruturantes da desigualdade nesse sistema, permeadas de componentes de raça e classe, que fazem com que as mulheres, sobretudo negras e periféricas, estejam entre os grupos mais vulneráveis às consequências das diversas intempéries e crises econômicas e sociais.

Para Danièle Kergoat "existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça" (HIRATA, 2014, p.66). Significa dizer que, essa polarização do trabalho feminino é demarcada por mecanismos de raça e classe que intensificam a vulnerabilidade e precariedade do trabalho das mulheres. Essas consequências recaem sobre as mulheres de formas distintas. É no polo precarizado que a apropriação do tempo das mulheres ganha dimensões ainda mais cruéis.

É importante para compreensão da situação das mulheres chefes de família no contexto de pandemia, ter a dimensão e o contraponto, das mulheres que estão exaustas, mas continuam com sua renda, têm estabilidade e garantias trabalhistas e

a das mulheres também exaustas que perderam sua fonte de renda e estão totalmente desprotegidas, convivendo com a insegurança alimentar, de moradia e sustentação de suas famílias.

Sendo assim, pôde-se perceber que a renda e o cotidiano das mulheres são afetados de forma diferenciada em relação ao vínculo empregatício pelo isolamento social, sobretudo aquelas que estão em relações informais de empregabilidade. Considerando que mecanismos de desigualdade de classe e raça são fatores de risco que intensificam a vulnerabilidade das mulheres e ocasionam desafios específicos.

Os achados da pesquisa apontam não só para a intensificação da dupla jornada de trabalho das mulheres, como também a necessidade de problematizar esse conceito, problematização que não nasce na pandemia, porém se intensifica e acelera neste momento, com a compulsoriedade do trabalho remoto e a possível irreversibilidade de atividades remotas, especialmente entre o polo de trabalhadoras formais. Portanto, lança o desafio para os estudos feministas de avançar no debate de revisão do conceito de dupla jornada, a partir do rompimento das fronteiras de tempo e espaço, de forma que contemple essa realidade. As questões levantadas preliminarmente neste artigo, apontam para futuras agendas de pesquisa de maneira a considerar o aprofundamento e as novas facetas da crise do mercado de trabalho em geral e dos trabalhos de cuidado, sobretudo para os estudos feministas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAÚJO, Sâmara Carla; YANNOULAS, Silvia Cristina. Trabalho docente, feminização e pandemia. **Revista Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 754-771, Brasília, set./dez. 2020.

ARRAZOLA, Laura. O estado e os tempos sociais femininos: uma mediação da opressão de gênero das mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais Eletrônico.** [Florianópolis]: Ufsc, 2010. p. 1-10.

BANDEIRA, Lourdes. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 47-63, jun. 2010.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. **Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19**: ampliação de desigualdades já existentes? Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise (Especial Covid-19), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, n. 69, p. 55-63, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200811_BMT_69_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 110, p. 67-104, jul. 2000. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742000000200003.

DEDECCA, Cláudio. Uso do Tempo e Gênero uma dimensão da desigualdade socioeconômica brasileira. In: ARILHA, Margareth et al. (orgs). **Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade**: Articulações contemporâneas. Campinas: Librum Editora, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012. p.119-129.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORG. FEMINISTA. **Sem Parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2020.

GESTRADO. **Trabalho docente em tempos de pandemia:** relatório técnico. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 335p.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595- 609, dez. 2007.

HIRATA, Helena *et al* (orgs). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009. 338 p.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, [São Paulo], v. 26, n. 1, p. 61-73, jul. 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, [São Paulo], n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

MARCONDES, Mariana. A divisão sexual dos cuidados: do welfare state ao neoliberalismo. Vitória: **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, p. 91-106, jun. 2012.

MARCONDES, Mariana; YANNOULAS, Silvia. Práticas Sociais de Cuidado e a Responsabilidade do Estado**. Revista Ártemis**, v.13, p. 174-186, 2012.

MARCONDES, Mariana Mazzini. **A Corresponsabilização do Estado pelo Cuidado**: uma análise sobre a política de creches do pac-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho. 2013. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Política Social, Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de Mujeres en América Latina.** Estudio Teórico Comparado. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 32, p. 55-66, dez. 2016.

NEVES, Magda. Anotações sobre Trabalho e Gênero. **Cadernos de Pesquisa** v.43 n.149, p.404-421, ago. 2013.

NOGUEIRA, Claudia. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**: Unesp, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 60-62, ago. 2010.

NOGUEIRA, Claudia. **O Trabalho Duplicado**: a Divisão Sexual no Trabalho e na Reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 208 p.

OLIVEIRA, Caroline. Menos renda, mais violência: mulheres estão entre os mais afetados pela pandemia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 de abr. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/menos-renda-mais-violencia-mulheres-estao-entre-os-mais-afetados-pela-pandemia> Acesso em: 20 de nov. 2020.

OTO, Pila Carrasquer. **La doble presencia**: el trabajo y el empleo femenino en las sociedades contemporáneas. 2009. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidad Autónoma de Barcelona, [Barcelona], 2016.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família.** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005

SANTOS, Graciete. A insuficiência da política de produção e renda para as mulheres. In Carmen Silva; Maria Betânia Ávila; Verônica Ferreira (orgs.), **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo**, Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005.